



ACÓRDÃO Nº509/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12231/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saude de Pauini
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Dawehalleson Macena Pereira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 380/2023-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saude de Pauini. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde de Pauini, exercício 2021, sob responsabilidade do **Sr. Dawehalleson Macena Pereira**, Secretário de Saúde, nos termos do art. 22, II, c/c art. 24, da Lei 2423/96, haja vista **Restrição nº 05 da Notificação nº 004/2022-CI/DICAMI** (equivalente à **Restrição nº 06 da Notificação nº 003/2022-CI/DICAMI**);

10.2. Determinar ao Fundo Municipal de Saúde de Pauini que: a) envie os balancetes mensais do Fundo Municipal de Saúde de Pauini, a Corte de Contas, via sistema e-Contas, dentro do prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015 e b) encaminhe ao Tribunal e publique no Portal da Transparência todos os atos licitatórios e ajustes contratuais, conforme art. 5º, XXXIII e caput do art. 37, da Constituição de 1988 c/c o art. 8º,



ACÓRDÃO Nº509/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

caput, § 2º e § 3º, I da Lei n.º 12.527/2011 e art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000;

10.3. Dar ciência ao Sr. Dawehalleson Macena Pereira, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.4. Dar ciência ao Sr. Raimundo Renato Rodrigues Afonso, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.5. Dar ciência ao Sr. Francisco Bezerra dos Santos, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.6. Arquivar o processo, após cumpridos os prazos regimentais.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.



ACÓRDÃO Nº509/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral